

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.525.549 - SP  
(2019/0175937-3)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : VAZ TEIXEIRA & CIA LTDA**  
**ADVOGADOS : EDILSON FERNANDO DE MORAES - SP252615**  
**JEFFERSON ALVES LEMES - SP338887**  
**AGRAVADO : FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**  
**PROCON**  
**PROCURADOR : CARLA HANDEL MISTRORIGO E OUTRO(S) - SP109092**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado por Vaz Teixeira & Cia Ltda. contra decisão exarada pela Presidência do STJ que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, tendo em vista o descabimento do referido apelo para examinar eventual conflito entre lei ordinária federal e lei local.

A parte agravante pugna pela aplicação da fungibilidade prevista no art. 1.032 do CPC. De acordo com a parte insurgente, entendendo-se pela natureza constitucional da controvérsia, a parte recorrente deve ser intimada a demonstrar a repercussão geral da matéria impugnada, procedendo-se à remessa dos autos para o Supremo Tribunal Federal.

Defende a existência de violação do princípio da capacidade contributiva, na medida em que há um grande descompasso entre o valor total dos documentos que deixaram de ser escriturados e a multa arbitrada pelo órgão de proteção e defesa dos consumidores.

Explicita o seguinte (e-STJ, fl. 185):

Com efeito, extrai-se do presente processo que o valor total dos documentos não escriturados, culminou no valor de R\$ 3.205,87 (três mil duzentos e cinco reais e oitenta e sete centavos).

Todavia, Excelência este valor saltou para R\$ 298.913,62 (duzentos e noventa e oito mil novecentos e treze reais e sessenta e dois reais), o equivalente ao percentual de 8.380,75% sobre o valor da suposta infração.

Requer, portanto, a reconsideração da decisão agravada para que a parte recorrente seja intimada a demonstrar a existência da repercussão geral da matéria, nos termos do art. 1.032 do CPC.

A parte agravada, apesar de regularmente intimada, deixou de apresentar impugnação (e-STJ, fl. 192).

Decido.

Não é o caso de aplicar-se o disposto no art. 1.032 do CPC, pois o julgado combatido solucionou a controvérsia com base na interpretação da legislação local, inexistindo controvérsia de natureza constitucional a ser apreciada.

Com efeito, o acórdão recorrido concluiu pela regularidade da execução fiscal tendo em vista que o cálculo da multa executada observou o disposto no art. 7º da Lei estadual n. 12.685/2007.

No tocante ao disposto no art. 57 do CDC, o Tribunal de origem limitou-se a consignar que a irresignação recursal foi genérica quanto ao ponto, acrescentando, sem maior detalhamento, que a multa aplicada observou os critérios relacionados à gravidade da infração, à condição econômica do infrator e à extensão da lesão ao bem jurídico tutelado na norma.

Confira-se, a propósito, a seguinte transcrição do aresto questionado (e-STJ, fls. 97-99):

Respeitadas as razões recursais, não me convenço do desacerto da r. decisão recorrida.

Dispõe o artigo 7º, da Lei nº 12.685/07, que:

Artigo 7º - Ficarà sujeito a multa no montante equivalente a 100 UFESP's - Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, por documento não emitido ou entregue, a ser aplicada na forma da legislação de proteção e defesa do consumidor, o fornecedor que deixar de emitir ou de entregar ao consumidor documento fiscal hábil, relativo ao fornecimento de mercadorias, bens ou serviços, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação.

§ 1º - Ficarà sujeito à mesma penalidade, por documento, o fornecedor que violar o direito do consumidor pela prática das seguintes condutas:

[...] 2 - deixar de efetuar o Registro Eletrônico do documento fiscal na forma, prazo e condições estabelecidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo;

[...] § 2º - A multa de que trata este artigo será reduzida:

1 - em se tratando de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em:

- a) 60% (sessenta por cento), se o autuado não tiver autuação;
- b) 45% (quarenta e cinco por cento), se o autuado tiver até 10 (dez) autuações;
- c) 30% (trinta por cento), se o autuado tiver entre 11 (onze) e 20 (vinte) autuações;

2 - nos demais casos, em:

- a) 40% (quarenta por cento), se o autuado não tiver autuação;
- b) 30% (trinta por cento), se o autuado tiver até 10 (dez) autuações;
- c) 20% (vinte por cento), se o autuado tiver entre 11 (onze) e 20 (vinte) autuações.

§ 3º - Para fins do disposto no § 2º consideram-se apenas as autuações efetuadas com base neste artigo, nos 36 (trinta e seis) meses anteriores, que não tenham sido canceladas, e que não estejam sujeitas a recursos no âmbito administrativo (destaquei).

E, consoante se vê dos AIIM's, as multas foram impostas nos parâmetros legais, consideradas, ainda, as reduções constantes do artigo 7º, 2º da Lei nº 12.685/07 (fls. 34/48).

Nem há, outra, de se falar em violação ao disposto na Lei Federal nº 8.078/99 artigo 57 - porquanto, a par da generalidade em que posto esse tema, foram consideradas pela agravada a gravidade da infração - anotada a reiterado comportamento ilícito -, bem como sua condição econômica e a lesão a valores consumeristas, a afastar a alegada irregularidade.

Como se observa, não houve, em momento algum, o debate a respeito do regime constitucional de competências nem sobre os limites da legislação local perante o disposto na lei federal.

Portanto, não há controvérsia constitucional a ser dirimida no presente caso, não merecendo prosperar a pretensão de se aplicar a fungibilidade recursal prevista no art. 1.032 do CPC.

Por outro lado, o apelo especial não preenche os requisitos de admissibilidade recursais.

Como já foi abordado acima, a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

Além disso, o reexame dos requisitos da proporcionalidade e razoabilidade da penalidade aplicada não são passíveis de análise na instância extraordinária, tendo em vista a incidência da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Saliente-se que a Corte de origem não teceu detalhes sobre os requisitos contidos no art. 57 do CDC para a fixação da multa, limitando-se a reconhecer a deficiência recursal no ponto, bem como a obediência aos critérios da gravidade da infração, condição econômica do infrator e lesividade do ato.

A incidência dos óbices das Súmulas 7/STJ e 280/STF prejudica a análise da suscitada divergência jurisprudencial.

Ante o exposto, indefiro a aplicação da fungibilidade recursal do art. 1.032 do CPC e, com base em fundamentos diversos da decisão agravada, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator